



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 15ª REUNIÃO DA COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA ACOMPANHAR A SITUAÇÃO DOS YANOMAMI E A SAÍDA DOS GARIMPEIROS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA NOS DIAS 13 E 14 DE JUNHO DE 2023, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às onze horas e trinta e cinco minutos do dia treze de junho de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Chico Rodrigues, reúne-se a Comissão Temporária Externa para acompanhar a situação dos Yanomami e a saída dos garimpeiros com a presença dos Senadores Dr. Hiran, Mecias de Jesus, Eliziane Gama, Teresa Leitão, Astronauta Marcos Pontes, Zenaide Maia e Leila Barros, e ainda dos Senadores Izalci Lucas, Nelsinho Trad, Paulo Paim, Marcos do Val, Augusta Brito, Angelo Coronel e Professora Dorinha Seabra, não-membros da comissão. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Reunião de Trabalho. Finalidade:** Apresentação do relatório final. Após a leitura do relatório, é concedida vista coletiva. A reunião é suspensa às doze horas e trinta e sete minutos. Às treze horas e seis minutos do dia quatorze de junho de dois mil e vinte e três, sob a Presidência do Senador Chico Rodrigues, é reaberta a reunião. Passa-se à apreciação da pauta: **Reunião de Trabalho. Finalidade:** Apresentação do relatório final. **Resultado:** Aprovado o relatório final. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da 13ª, 14ª e 15ª reuniões, que são aprovadas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e vinte e sete minutos. A presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Chico Rodrigues

Presidente da Comissão Temporária Externa para acompanhar a situação dos Yanomami e a saída dos garimpeiros

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2023/06/13>

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2023/06/14>

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 15ª Reunião da Comissão Temporária Externa, criada pelo Requerimento do Senado Federal nº 34, de 2023, com a finalidade de, no prazo de 120 dias, acompanhar *in loco* a situação dos ianomâmis e a saída dos garimpeiros de suas terras.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A presente reunião destina-se à apresentação do relatório final pelo nosso querido Relator, Senador Dr. Hiran.

Eu quero cumprimentar todos os presentes, mas especialmente o ex-Senador do nosso estado Dr. César Dias, que, de 1991 a 1995, ocupou uma das vagas do Estado de Roraima aqui no Senado da República.

E, em homenagem a V. Exa., eu gostaria de convidá-lo para fazer parte aqui da nossa mesa, até em deferência e, além da amizade, pela função política que V. Exa. desenvolveu aqui nesta Casa e no nosso estado.

E quero parabenizar também o Senador Astronauta Marcos Pontes pelo evento que fez em Bauru, no último final de semana, com a afluência de mais de 120 mil pessoas, arrecadando – e ele é generoso na arrecadação: mais de 50 toneladas de alimentos em um evento, que já faz parte de um cronograma cultural também. Está na sétima edição...

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. *Fora do microfone.*) – Oitava.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – ... na oitava edição desse evento lá no Estado de São Paulo.

Quero dizer ao Senador Marcos Pontes que realmente um trabalho e uma iniciativa dessa natureza, num processo de sucção natural, vêm trazendo até jovens talentos para a atividade da Aeronáutica, que é a sua especialidade, é uma tatuagem da memória de todos os brasileiros, com orgulho. Isso, na verdade, dá uma aderência muito grande social e, oxalá, se expanda para outros estados do Brasil também.

Então, parabéns, Senador Astronauta Marcos Pontes.

Dando início à leitura do presente relatório, eu passo a palavra ao Senador Dr. Hiran.

V. Exa. disporá do tempo necessário para fazer a apresentação do seu relatório.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Como Relator.) – Bom, Sr. Presidente, bom dia, bom dia a todos, bom dia a todos que nos assistem, que nos acompanham e, especialmente, aos Senadores e Senadoras, também quero reiterar aqui as minhas saudações e dizer da minha alegria e que é com muita honra que nós aqui nesta Comissão recebemos esse meu velho amigo.

Como médicos chegamos lá, nós fomos legistas juntos durante muito tempo, não é César? E eu estava comentando, Senador Marcos Pontes, que, quando nós fazíamos aqui o nosso curso de formação de medicina legal, eu sentava com ele, e ele dizia para mim assim: "Eu ainda vou ser Senador no Estado de Roraima".



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ele era muito jovem, nós éramos muito jovens. Eu dizia: César, para com isso, rapaz. Isso é uma coisa tão distante para nós!

Olha só, você foi bem antes do que eu, lá nos idos... na nossa primeira eleição. E você deu um *show* naquela eleição, porque tinha muitos candidatos muito fortes lá: gente que vinha de fora para se candidatar, como, inclusive, tinha um candidato lá de Alagoas, não é? João Lyra. E o César fez uma belíssima campanha e nos honrou muito com sua atividade parlamentar aqui no Senado.

Nós ficamos muito felizes e honrados com a sua presença aqui, meu querido amigo, você que continua aí fazendo medicina, como eu também – ele veio para cá tratar de temas médicos comigo, viu? É muito bom, nós ficamos muito felizes de ter você aqui. Que você tenha muita saúde para continuar ajudando o nosso estado, como você ajuda tanto com sua competência como médico e, com seus conhecimentos também na política, você sempre termina influenciando vários segmentos em todos os embates que nós temos na política do nosso estado.

Parabéns! Muito obrigado pela sua presença.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – V. Exa. me concede a palavra?

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Inclusive...

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Você manda. Eu estou aqui...

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Senador Dr. Hiran, é interessante. A gente olhando pelo retrovisor do tempo, eu lembro que, naquela campanha de 1990, eu era candidato a Deputado Federal e o César Dias era candidato ao Senado, e, trilhando caminhos sinuosos das nossas estradas, àquela época extremamente sofríveis, nós fazíamos uma campanha franciscana. O César, nas consultas que fazia na frente, entrava nas casas, fazia a consulta das pessoas e pedia o voto. Depois, eu entrava, logo em seguida, e dizia: olha, o voto para Senador é do César; e para Deputado Federal é meu. E deu certo. Fizemos uma longa caminhada franciscana, e, dali para a frente, conseguimos, em dez eleições, ganhar nove eleições, e estamos aqui contando a história.

Hoje o Senador Dr. Hiran, pela sua posição, pela sua postura e, acima de tudo, pela sua legitimidade enquanto cidadão, mas hoje como político, está aqui, e estamos ombreados aqui eu, ele e o Senador Mecias de Jesus representando o nosso estado.

Portanto, a história a gente olha pelo retrovisor, mas sempre olhando na direção do para-brisa, e é isto que a gente tem feito.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, César, um grande abraço por te ver aqui hoje nesta mesa nesta Comissão. Um abraço.

Com a palavra, o Senador Dr. Hiran.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Como Relator.) – Bom, eu quero aqui, antes de começar a propriamente ler o relatório, enfatizar o compromisso desta Comissão, agradecer a todos os assessores, assessoras, Senadores e Senadoras que fazem parte desta Comissão indistintamente, inclusive até agradecer à Senadora Damares, que não faz parte da Comissão, mas acompanhou e ajudou muito para que a gente pudesse construir este relatório.

Ao começarmos nossos trabalhos, havia uma especulação de que haveria uma disputa ideológica aqui dentro, mas, felizmente, isso não aconteceu, e ficou muito claro para todos que nós aqui, todos, indistintamente, estávamos muito preocupados com aquilo que acontecia com aquela etnia lá no nosso estado, e não só no nosso estado, mas também no Estado do Amazonas. Nós queríamos aqui fazer um debate muito focado em formular sugestões para aperfeiçoar o modelo, o modelo de atenção, o modelo de proteção, enfim, criar um ambiente mais favorável para que aquela população ianomâmi viva com segurança e dignidade.

Quero dizer que, para mim, foi uma experiência muito enriquecedora, Presidente Chico, porque eu tenho certeza de que todos que participaram das nossas audiências, das nossas missões, das nossas visitas ao nosso estado, enfim, todos aqui saíram engrandecidos em termos de conhecimento da realidade em que vive Roraima, em que vive a nossa gente em relação a toda essa questão de atenção às comunidades indígenas, porque nós lá não temos só a comunidade indígena ianomâmi, que é a maior de todas, com 9,6 milhão de hectares, mas também temos mais 31 áreas indígenas demarcadas e que têm uma atenção muito efetiva do Governo do Estado, e, por isso, nós ficamos aqui muito honrados em poder mostrar ao Brasil e ao mundo que, diferentemente de algumas versões, nós não temos compromisso com ilegalidades, e, sim, de cuidar das pessoas.

Então, Presidente, parabéns pela sua condução, você, que é um homem que conhece tanto aquele estado. E quero parabenizar mais uma vez todos os Senadores e Senadoras que fizeram parte desse trabalho, nossa assessoria, enfim, todos indistintamente, porque este relatório aqui, eu procurei, com todas as minhas limitações, procurei fazer dele um relato o mais fidedigno possível daquilo que aconteceu, Presidente, no decorrer dos nossos trabalhos. Então, muito obrigado a todos e que todos aqui sejam... que me perdoem eventuais falhas, mas isto aqui foi feito com absoluta seriedade e sempre focando naquilo que é o mais importante: segurança, bem-estar e saúde das pessoas, principalmente essas pessoas, nossos irmãos brasileiros, que vivem em situação de vulnerabilidade.

Então, eu vou começar o relatório.

Vamos falar, primeiramente, sobre a criação e composição da Comissão Yanomami.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta Comissão Temporária Externa, criada nos termos do art. 74, II, do Regimento Interno do Senado Federal, em 8 de fevereiro de 2023, por meio do Requerimento nº 34, de 2023, de autoria dos Senadores Dr. Hiran (PP-RR), Mecias de Jesus (Republicanos-RR) e Chico Rodrigues (PSB-RR), tem por objetivo acompanhar, *in loco*, no prazo de 120 dias, a situação dos povos ianomâmi e a saída dos garimpeiros de suas terras. A justificativa de seus subscritores foi apresentada nos seguintes termos: "Diante da situação da grave crise humanitária com a retirada dos garimpeiros na área indígena Yanomami, torna-se imprescindível a criação de uma Comissão Externa para acompanhar a retirada pacífica e urgente dos garimpeiros dessa região".

No decorrer da deliberação do requerimento, no Plenário do Senado, aprovou-se aditamento à proposição no sentido de ampliar o número de vagas da Comissão Externa de três para cinco titulares. Nesse ponto, foram indicados como membros da Comissão Externa: Senador Hiran, Senador Mecias de Jesus, Senador Chico Rodrigues, Senadora Eliziane Gama e Senador Humberto Costa.

No dia 1º de março de 2023, aprovou-se um novo aditamento ao ato de criação do colegiado, com previsão de três novas vagas como membros titulares. A Presidência do Senado designou, por conseguinte: o Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP), a Senadora Leila Barros (PDT-DF) e a Senadora Zenaide Maia (PSD-RN).

A Comissão Yanomami tem por objeto de estudo o acompanhamento *in loco* da crise humanitária dos povos indígenas ianomâmis e do processo de retirada dos garimpeiros ilegais de terras demarcadas. Seu objetivo é propositivo, no sentido de, com base nas audiências, diligências e informações desenvolvidas no âmbito do funcionamento da Comissão, concluir por considerações relevantes e indicações oportunas ao aprimoramento da atuação do poder público, no sentido de dirimir a conjuntura de crise instaurada e evitar sua recorrência.

Instalação.

Instalada no dia 15 de fevereiro de 2023, a Comissão Yanomami foi presidida pelo Senador Chico Rodrigues, teve como Vice-Presidente a Senadora Eliziane Gama e como Relator o Senador Dr. Hiran. Integraram-na, ainda, os Senadores Mecias de Jesus, Humberto Costa, Astronauta Marcos Pontes, Zenaide Maia e Senadora Leila Barros.

A Comissão aprovou seu plano de trabalho no dia 8 de março, no qual consta programação não excludente a outras atividades propostas por seus membros direcionada a uma melhor compreensão dos contornos da crise que se apresenta e qual tem sido a respectiva resposta do poder público. Propôs a realização de audiências públicas e diligências externas ao Senado Federal, de maneira equânime e ponderada, a fim de abranger as diversas perspectivas oriundas da sociedade civil e das autoridades públicas, com amplo espaço para oitiva dos povos ianomâmis.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Comissão Externa Yanomami realizou 14 reuniões, das quais 10 foram audiências públicas. Em cumprimento ao plano de trabalho, também realizou duas diligências no Estado de Roraima, de 12 a 14 de abril e de 27 a 29 de abril, com o objetivo de analisar *in loco* a complexa realidade que se propôs a acompanhar, assim como ouvir a população diretamente afetada pela crise humanitária e as autoridades locais, de forma a identificar os principais problemas nos aspectos social, saúde pública e ambiental.

Ao final desse trabalho, temos clareza de que a crise humanitária dos ianomâmis é profundamente grave, multifatorial e histórica, bem como reiteramos nosso posicionamento de não apoiarmos atividades ilícitas no âmbito da exploração de recursos naturais em terras indígenas.

A preservação da vida tem prioridade absoluta e, certamente, prezar por sua conservação é consenso entre nossos pares. Faz-se necessário, com sobriedade e rigor técnico, identificar falhas nas políticas públicas e propor aperfeiçoamentos. Nesse sentido, as conclusões a que chegamos passam, necessariamente, pela compreensão da situação sob uma perspectiva histórica e pragmática.

Presidente, eu vou aqui, porque o relatório está disponibilizado em todos os computadores da nossa reunião, eu pediria a V. Exa. que nós pudéssemos seguir direto às conclusões.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Concedido, nobre Senador Dr. Hiran, até porque o Senador...

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Tem o Senador Marcos Pontes, Senadores e Senadoras presentes...

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Exatamente. Um momento só, por favor.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Desculpa, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Eu gostaria de consultar a Senadora Teresa Leitão e o Senador Astronauta Marcos Pontes dessa possibilidade de leitura conclusiva, até porque, obviamente, se ficarem dúvidas em relação ao conteúdo deste relatório, eventualmente, cada um poderá usar do instrumento regimental adequado, mas nós entendemos que a síntese da conclusão do relatório do Senador Dr. Hiran já apresenta exatamente a forma linear, com todas as suas transversalidades, o que representa esse relatório conclusivo. Então, consulto os dois Senadores se concordam com a leitura da conclusão.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem.) – Eu concordo, Sr. Presidente. Eu estou aqui substituindo o Senador Humberto Costa, que está em missão na China, ele que acompanhou toda a Comissão. Evidentemente, Sr. Relator, sem querer fazer nenhum juízo de valor, eu vou me ater detalhadamente ao conteúdo. Outras Senadoras e Senadores que



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acompanharam podem chegar, porque acho que a gente tem que aprovar esse relatório sem nenhuma sombra de dúvida e sem nada que possa contaminar a importância desse trabalho.

Foi um trabalho muito bem-feito, mesmo à distância eu acompanhei, um trabalho necessário. Sei da seriedade de todos os componentes aqui da Comissão. Esse trio que presidiu e que relatou, o Senador Chico Rodrigues, a Senadora Eliziane Gama e V. Exa, o Relator, Dr. Hiran, são Senadores de larga experiência, conhecedores da região. Eu tenho certeza disso. Porém, vamos aguardar os encaminhamentos, porque é uma questão também muito sensível, V. Exa. sabe disso.

Prestei muita atenção quando a V. Exa. falou que não daria para trazer ideologias para esta Comissão, com o que eu concordo. No entanto, todo o roteiro de discussão, todos os procedimentos a gente sabe que foram muito tensionados. Eu acho que o nosso papel é distensionar, eu acho que o nosso papel é distensionar, é trazer elementos que possam favorecer uma ação do Governo. Já há uma em pauta, que é a nova Farmácia Popular, que nós, em Pernambuco, tivemos a honra de tê-la relançada lá no nosso Estado, quarta-feira passada. Ela terá um desdobramento específico para o povo ianomâmi.

Dizendo isso, eu quero também reforçar que o encaminhamento dado por sua Presidência tem o meu aceite.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Muito obrigado.

Senador Astronauta Marcos Pontes.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Pela ordem.) – Eu concordo com o encaminhamento, sem dúvida nenhuma. O trabalho foi feito, ao longo desses meses, com muita seriedade. Nós pudemos ver lá a situação e comprovar tudo o que foi falado pelo Relator nesse início, antes das conclusões.

Nós vemos a necessidade de ação do Governo Federal. É uma coisa que acontece historicamente lá, há muito tempo, e eu acho que agora é o momento de se resolver esse problema de uma vez por todas e que sirva de exemplo para outras regiões indígenas, também, que nós temos no Brasil, e que precisam do mesmo tipo de apoio. Sem dúvida nenhuma, isso aqui vai ajudar nesse desenvolvimento.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Então, passo a palavra ao Senador Dr. Hiran para que possa relatar as suas conclusões.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Como Relator.) – Bom Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Senadora Teresa, inicialmente, eu concordo com V. Exa. que nós, ao começarmos os trabalhos desta Comissão, houve eventuais tensionamentos nas discussões, mas, à medida que nós começamos a



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desenvolver os trabalhos, salvo melhor juízo, eu acho que todo mundo aqui ficou mais ou menos com o pensamento uniforme de se focar muito nas questões mais técnicas, nas questões que se apresentavam durante as nossas audiências públicas, que foram muitas e que foram extremamente abrangentes.

Nós procuramos, aqui, ouvir os mais diferentes e mais variados segmentos que estavam envolvidos com essa questão, de forma que eu acho que a Comissão é um exemplo para a Casa, que nós tivemos uma convivência extremamente profícua aqui, responsável, séria.

Nós vamos dar, aqui, as sugestões para os encaminhamentos dessa questão que serão, eu acho, aprovados sem maiores problemas, porque estão sempre imbuídos do sentimento e do nosso objetivo principal, Presidente, de todos nós, que é proteger aquela etnia e dar modelos mais eficientes, porque esses modelos que estão sendo aplicados... Eu participei disso durante muito tempo, como médico, como coordenador de uma instituição que tinha como responsabilidade cuidar da saúde indígena no meu estado. Nós criamos, lá, o Distrito Sanitário Yanomami, que foi um projeto piloto que serviu para a implantação desse modelo em todo o país, mas ele precisa ser aperfeiçoado, e nós vamos dar aqui, ao final, sugestões para isso.

Então, eu quero mais uma vez salientar que este trabalho aqui não é um trabalho do Presidente, não é um trabalho do Relator, não é um trabalho dos Senadores e das Senadoras, mas sim de todos os que estiveram envolvidos: as nossas assessorias – eu até queria pedir desculpas pela minha falha, porque não as mencionei aqui –, as nossas Forças Armadas, que nos deram todo o apoio, a Polícia Federal, o Ministério Público Federal, que participaram aqui efetivamente das nossas audiências, dando sua parcela de contribuição muito, muito importante para que a gente pudesse construir um relatório como este que nós estamos aprovando aqui, agora.

Vou continuar, Presidente, nas conclusões.

Em observância ao que foi proposto no início dos trabalhos da Comissão, seus trabalhos foram orientados para a busca de soluções justas e conciliadoras. Dessa forma, não consideramos construtiva a exploração ideológica de um tema tão crítico que é a situação vivenciada pelas populações ianomâmis – porque são várias etnias, subetnias, no caso da nossa reserva.

É de amplo conhecimento que a tensão entre indígenas e garimpeiros é cíclica e já existe há cinco décadas, mas coincidiu, recentemente, com o êxodo venezuelano e a crise gerada pela pandemia de covid-19. Os erros e acertos podem ser apontados à conveniência de qualquer um, mas persistir nessa discussão não contribui para darmos passos concretos que essa situação requer. A nós cabe, agora, buscar soluções para o futuro enquanto acompanhamos as medidas emergenciais.

Estamos, claramente, diante de uma situação atípica. Roraima tem mais da metade de seu território sob afetação indígena e ambiental, sob responsabilidade da União. Ainda que seja um dos estados menos populosos da Federação, sua posição geográfica o faz suportar quase todo o ônus do êxodo venezuelano



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para o território brasileiro. Somada às ondas migratórias suportadas pelo Brasil, a região precisa lidar com a desconstrução socioeconômica que moveu mais de 6 milhões de pessoas, coibidas a vagar em busca de restabelecer sua residência pátria.

A população roraimense não pode ser indiretamente punida pelo colapso da Venezuela, mas, atualmente, tem pago a maior parte dessa conta, ao conviver diariamente com o esgarçamento dos serviços públicos e da infraestrutura local. Apenas metade das despesas do Estado com os imigrantes foi reconhecida por direito a ressarcimento pela União, e só o fez após determinação do Supremo Tribunal Federal, cujo cumprimento ainda não foi realizado. O Estado e os municípios de Roraima têm suportado, com insuficiente apoio, um ônus desproporcional na assistência aos indígenas e aos imigrantes venezuelanos, ambas previstas como competência precípua da União.

O povo do estado não deseja nada além de convívio harmônico com os indígenas, mas tem o seu desenvolvimento encurralado pelas restrições existentes, pelas fragilidades de infraestrutura e pela indisponibilidade de terras. Roraimenses, amazônidas e brasileiros, de todas as raças e cores, têm o direito de trabalhar e precisam de oportunidades.

É preciso que a União compreenda essas peculiaridades e, além de cumprir seus deveres nas áreas sob responsabilidade federal, também favoreça investimentos que compensem as restrições e os encargos que Roraima suporta.

Além disso, se o Governo Federal ajudar a desatar nós burocráticos e as lacunas regulatórias, que dificultam a livre iniciativa e inibem investimentos, dará uma grande ajuda para que todos, indígenas e não indígenas, possam prosperar.

Feitas essas observações, com vistas ao termo dos trabalhos desta Comissão, formulamos algumas conclusões que servem de base para as propostas que apresentaremos.

A primeira conclusão inescapável a que podemos chegar é de que o poder público precisa atuar no sentido de construir acordos que sejam satisfatórios para todos os grupos envolvidos, indígenas ou não. Os indígenas precisam de proteção e o garimpo ilegal não pode continuar. Mas não basta uma assistência emergencial e a desintrusão. Precisamos pensar em formas de garantir o autossustento dos indígenas, oferecer aos que garimpavam irregularmente alternativa de ressocialização e aos que, no futuro, pudessem ser cooptados pela ilegalidade, alternativas de vida e prosperidade sem relação com atividades ilícitas.

As respostas dadas até agora foram necessárias, mas insuficientes. Precisamos de soluções de caráter mais permanente que contemplem todos os envolvidos. Caso contrário, continuaremos a reviver esse drama indefinidamente. Basta lembrar que, nos termos da própria Polícia Federal, esta é a 19ª operação de retirada de invasores da terra indígena em Roraima. É inviável manter essa rotina.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Precisamos pacificar os conflitos e prevenir que ocorram num futuro próximo, especialmente. É uma questão já de amplo conhecimento do poder público.

Não basta reprimir o garimpo sem que nenhum projeto alternativo de desenvolvimento ocupe esse vácuo. Sempre que se configurar uma conjuntura de insegurança, instabilidade socioeconômica e desemprego, combinada a uma reserva mineral rica e com pouca proteção, as parcelas mais vulneráveis da sociedade irão vislumbrar no garimpo ilegal uma oportunidade irresistível.

É preciso que a atividade de exploração mineral legalizada seja vista de maneira distinta do garimpo ilegal em terras indígenas, como foi debatido nessa Comissão. É construtiva a valorização da extração mineral em áreas legalmente permitidas, com plano de recuperação ambiental, nos termos de legalização em vigor; de legislação em vigor. Desculpem!

Os que quiserem trabalhar na mineração formal poderiam receber incentivos e oportunidades, como programas de qualificação profissional e facilidade de interlocução com cooperativas para melhor acesso ao mercado de trabalho formal. Ademais, é inescapável enfrentar a questão de ressocialização dos garimpeiros ilegais, que saíram voluntariamente das terras indígenas para efetivamente evitarmos novas cooptações de pessoas vulneráveis pelo crime organizado. Nesse sentido, é fundamental que a Agência Nacional de Mineração tenha recursos suficientes para analisar devidamente as demandas representadas sobre pesquisa e lavra de recursos minerais em terras legalmente aptas para a atividade e dê pronta negativa aos pedidos que avancem sobre terras demarcadas.

Precisamos aumentar o custo de oportunidade das atividades ilegais, com o fortalecimento e aumento da reincidência das ações de proteção territorial, vigilância da fronteira, controle permanente do espaço aéreo e, especialmente, rígida fiscalização dos meios de transporte utilizados pela rede de garimpos ilegais: aeronaves irregulares e embarcações de pequeno porte. A cooperação entre os órgãos estaduais e federais de segurança pública é essencial para que isso se torne realidade. No entanto, faz-se necessário que os órgãos federais aprimorem seus programas de proteção na região em crise, para substituir medidas temporárias e precárias por uma presença suficiente do Estado brasileiro perante os problemas a serem solucionados.

Devemos garantir a execução de uma política indigenista que propriamente defenda seus direitos fundamentais, com o constante diálogo nas comunidades sobre o que esperam para seu próprio futuro, para além das amarras que a burocracia estatal e os atuais meios de representação lhes impõem.

Com um cuidado sistêmico e pragmático, devemos garantir que as populações no entorno das terras indígenas tenham alternativas para o seu sustento. Não vemos como as tensões que levam à violência possam ser neutralizadas sem políticas públicas que promovam o desenvolvimento econômico e social das populações ao seu redor, em bases sustentáveis, com geração de emprego e dinamização da



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

economia. É indispensável superar o ambiente de conflito de interesses para uma rede de cooperação entre os povos.

A União, o estado e os municípios precisam trabalhar juntos para esse fim. É improvável que haja uma repactuação federativa inédita em nossa história, mas podemos promover um diálogo aprofundado que leve em consideração as peculiaridades de Roraima, tais como a baixa disponibilidade do território para atividades produtivas, o contraste entre a população relativamente pequena e o elevado número de imigrantes, a situação fronteiriça, o equacionamento da demanda por energia e, naturalmente, as vocações econômicas do estado.

A segunda conclusão é que insistir apenas em soluções emergenciais e em ações espetaculosas seria como tomar apenas analgésicos para disfarçar a dor de uma doença grave, quando precisamos abordar os problemas de fundo que causam esses sintomas. Certamente, não sugeriríamos operar um paciente sem essa anestesia, mas não podemos limitar o tratamento apenas a ela.

Precisamos racionalizar as políticas de assistência e proteção, perenes, de médio e longo prazos. O custo de manutenção das operações emergenciais é elevadíssimo. Cada cesta básica que chega à terra ianomâmi tem o custo final de, aproximadamente, R\$4 mil. O valor dispendido na remoção aérea de centenas de indígenas doentes para Boa Vista cobriria, com folga, o custo de construção e a operação de postos de saúde na própria terra ianomâmi. Ou o estímulo à agricultura familiar indígena, como já faz o Governo estadual, para que possam se alimentar sem depender de ajuda externa, fortalecendo, como bônus, seu vínculo com a terra e a sua cultura.

Além do custo, o planejamento é indispensável. Os indígenas precisam de assistência social, de segurança alimentar e de serviços de saúde em caráter permanente, não apenas emergencial. Sem soluções duradouras, apenas adiaremos o acúmulo de demandas que geram novos ciclos de tensão.

Novamente, conclamamos a União ao diálogo com os órgãos estaduais e municipais para que formulem planos de ação conjunta e continuada, com metas, indicadores, orçamento e acompanhamento contínuo dessas métricas.

Também é necessário enfrentar, imediatamente, o problema do mercúrio. Há tecnologias disponíveis para retirar o mercúrio do ambiente e tratamentos para as pessoas afetadas por esse elemento. Consideramos que o foco inicial deva ser cuidar das pessoas, descontaminar as áreas de roçado e fornecer água limpa.

A terceira conclusão é que precisamos encontrar formas de explorar legalmente as riquezas naturais de Roraima e, como manda a Constituição, regulamentar essas atividades em terras indígenas, com todas as salvaguardas sociais e ambientais necessárias.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como afirmou o Sr. Jarbas Vieira da Silveira, que representou a Secretaria-Geral da Presidência da República, em audiência pública interativa desta Comissão, no dia 18 de abril de 2023, é importante dialogar com os garimpeiros e com empresas do ramo de mineração para encontrar formas de desenvolver legalmente suas atividades fora de terras indígenas e de unidades de conservação.

Generalizar a marginalização dos garimpeiros somente acirra divisões e conflitos, quando o que precisamos é de união, para encontrar soluções construtivas e mais abrangentes.

A quarta conclusão a que chegamos é que o Brasil precisa instar a Venezuela e os Estados nacionais sul-americanos para aprimorar os serviços de saúde e assistência social em seus territórios, evitando que o lado brasileiro fique sobrecarregado. Precisamos de mudanças no país vizinho para frear a emigração descontrolada, ademais, para combater eficazmente os traficantes de armas e drogas que atuam na fronteira.

Os serviços diplomático e de inteligência devem acompanhar melhor o contexto dos vizinhos e demais países relevantes para o Brasil, com objetividade e sem vieses ideológicos, para que tenhamos condições de prever melhor os possíveis cenários adversos e adotar medidas preventivas, sempre respeitando a soberania alheia, mas salvaguardando, ao mesmo tempo, os interesses do Brasil.

A quinta conclusão é que a Operação Acolhida é uma iniciativa muito eficiente e meritória, à qual prestamos nosso grato reconhecimento, especialmente na figura dos profissionais que dedicam grandes esforços para cumprir seus deveres institucionais.

No entanto, a operação enfrenta, ineditamente, um problema de escala perante as ondas migratórias de grande complexidade, com a previsão de intensificação nos próximos meses. A capacidade de escala precisa urgentemente ser reforçada, sobretudo no eixo de interiorização.

Na Casa Legislativa que representa a Federação, devemos encorajar um diálogo franco com a sociedade civil e com os demais estados e municípios do Brasil para que, sob a coordenação e com o apoio do Governo Federal, coloquem em prática a solidariedade que vivifica nossa federação.

Eu vou seguir, diretamente, às propostas.

Como propostas, a partir dessas conclusões, oriundas da oitiva atenta das representações de diversos setores da sociedade civil, especialistas, agentes públicos e gestores, podemos consolidar propostas de curto, médio e longo prazo para mitigar os efeitos da crise humanitária instaurada e colaborar para sua não reincidência.

No curto prazo, é necessário:



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- primeiro, manter as ações emergenciais de assistência, saúde e proteção que já estão em curso, enquanto for necessário, com possibilidade de prorrogação, e defender os indicadores de saúde da região, especialmente de malária e desnutrição;

- segundo, elaborar política pública duradoura de atendimento às populações ianomâmis, para substituir as medidas emergenciais, caras e de curto prazo, por programas permanentes de promoção e recuperação da saúde indígena;

- fazer consulta imediata à Funai sobre os critérios adotados para a composição das cestas básicas enviadas às famílias ianomâmis durante a Operação Yanomami, consideradas incompatíveis com os hábitos alimentares dos indígenas, nos depoimentos de indígenas perante a Comissão. Aqui eu quero abrir um parêntese, só para esclarecer, de que as cestas básicas, Senadora, que eram fornecidas continham sardinha em lata, algumas, jabá, e os índios não têm o hábito de comer alimentos com sal. E a gente até acredita que, por conta da emergencialidade da coisa, se adquiriram cestas básicas inadequadas para a alimentação das comunidades indígenas;

- consulta direta pela Funai às comunidades sobre a composição de cestas básicas distribuídas no território ianomâmi e a reformulação das ações de entrega direta de alimentos àquelas comunidades;

- estruturar, de forma imediata, o atendimento multissetorial da Casai ianomâmi, polos-base e UBS, UBS indígena, com o pessoal para reforço da equipe de campo de saúde, principalmente de mais quatro médicos para a Casai ianomâmi;

- estabelecer remuneração a título de gratificação superior para médicos e equipes de saúde que compõem as equipes de campo. Isso, no sentido de a gente tentar garantir presença de profissionais na área, o que é uma coisa muito difícil historicamente, porque a área é uma área bastante inóspita e de logística e deslocamento muito difícil, que se faz em aviões monomotores, numa floresta densa. E isso, de certa forma, dificulta a contratação de profissionais para trabalhar naquela região;

- adquirir urgentemente remédios e insumos para atendimento da Casai ianomâmi, polos-base e UBS indígena, bem como implantar metodologia de monitoramento para reabastecimento de estoques;

- enviar de imediato equipe de saúde para a comunidade Polo AP no Auaris;

- realização das ações administrativas de destruição de equipamentos em áreas indígenas, somente em caráter excepcional, avaliado em riscos ambientais, quanto ao remanescente do material destruído para o ambiente e as comunidades locais;

No médio prazo, propomos:

- formar agentes de saúde indígena para combater endemias, preferencialmente da própria etnia, para atuar na busca ativa – aqui tem um erro: malária não é transmitida por vírus; malária é transmitida



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

por um protozoário, é porque passou na minha revisão aqui, mas que fique aqui consignado que é um protozoário –, de diagnóstico rápido e indicação imediata do tratamento adequado para interrupção do "elo de transmissão", na medicação assistida em benefício dos indígenas contaminados. Aqui, Senador e Senadora, e os que nos assistem, a maneira mais eficaz, reconhecida como o padrão ouro de controle da malária nessas áreas inóspitas é a gente ter técnicos que façam o diagnóstico rápido, vejam qual é o tipo da malária, se é *vivax*, se é *falsiparum*, e dar a medicação adequada, diminuindo o elo de transmissão, porque quanto menos pessoas contaminadas, menos o transmissor se contamina e transmite para outras pessoas. Então essa aqui é a nossa sugestão, que é uma coisa que a gente já fez há muito tempo e precisa, a gente precisa ampliar a formação de agentes de saúde indígena para fazer esse trabalho, porque eles teriam muito mais facilidade de acesso, conhecem, e o corte nesse mecanismo de transmissão vai dar um impacto muito grande no controle da malária na reserva ianomâmi;

- criar um adicional de remuneração dos profissionais de saúde que exerçam suas atividades em terra indígena, para aumentar a oferta de profissionais dispostos a atuar dentro de zonas demarcadas que careçam de equipes qualificadas;

- criar proteções normativas para que os trabalhadores celetistas não sofram pressões indevidas para custear do próprio bolso insumos e outras despesas necessárias para o exercício do seu trabalho;

- instalar serviço de captação e filtragem de água como desenvolvido pelo Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, no Amazonas, que é um exemplo, priorizando os locais onde houver maior necessidade devido a fatores sanitários como maior incidência de diarreia e verminose;

- reforçar a atuação integrada da Comissão Intergestores Tripartite do SUS na resposta à crise humanitária, visando melhorar o atendimento de saúde aos indígenas, aos refugiados e à população roraimense como um todo – como preceitua o SUS, uma atenção tripartuada: Federação, estados e municípios;

- manter e intensificar campanhas de vacinação com busca ativa e diálogo respeitoso com as comunidades;

- adotar medidas de consolidação e estruturação da Operação Acolhida, tais como campanhas publicitárias, realização de audiências públicas, celebração de convênios, buscando vigorosamente aumentar a participação de estados, municípios e entidades da sociedade civil para intensificar a interiorização dos imigrantes venezuelanos;

- incentivar atividades econômicas que possam absorver parte da mão de obra antes dedicada ao garimpo e aprimorar a gestão e os investimentos em pesquisa em ciência e tecnologia, para favorecer a criação, a migração e o desenvolvimento de empresas que dinamizem a economia de Roraima, preenchendo a lacuna socioeconômica deixada pela suspensão de atividades irregulares e diminuindo sua atratividade;



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- estruturar a Polícia Federal para implementar, em suas ações de fiscalização sobre a atividade de mineração, inovações tecnológicas quanto à origem do minério para viabilizar sua certificação;

Essa é uma discussão muito reiterada aqui na nossa Comissão de que ainda não se tem um protocolo que seja absolutamente seguro em relação a nós sabermos a origem, a origem do ouro que é extraído das nossas terras.

- realizar plano de logística e disponibilização permanente de aeronaves aos órgãos que atuam diretamente na vigilância e proteção ambiental e no transporte de equipe de saúde e de pacientes em regiões mais isoladas;

- construir cinco novas bases de proteção etnoambiental equipadas com tecnologia para detecção dos ilícitos criminais na região;

- estabelecer critérios para a ampliação dos recursos provenientes de leilões de bens e equipamentos encontrados ou apreendidos decorrentes de atividade de mineração ilegal em terras indígenas, em benefício da saúde e da segurança alimentar das populações atingidas;

- viabilizar perante a Receita Federal, com as salvaguardas necessárias, o compartilhamento de informações com os órgãos de fiscalização federal e regionais;

- estruturar programas de incentivo à agricultura familiar indígena, em parceria com a Embrapa, com universidades e com entidades produtivas dispostas a colaborar de modo a reforçar a segurança alimentar e nutricional, a renda e a cultura das comunidades;

- estruturar programas e ações de incentivo ao turismo nacional e internacional, potencializando a exploração sustentável das belezas e riquezas naturais e históricas no Estado de Roraima, promovendo políticas econômicas para a redução dos custos, para ampliar o acesso pelas vias terrestres, fluviais e aéreas;

- avaliar custos e demanda por ações e serviços de saúde pública na Terra Indígena Yanomami para a construção de ao menos um centro de saúde capaz de prestar atendimento de média complexidade em Surucucu, bem como de três polos de atenção primária em Surucucu, Auaris e Maturacá, adequadamente dimensionados para atender à demanda das comunidades;

- concluir o Linhão de Tucuruí para disponibilizar energia estável e segura, requisito para a promoção do desenvolvimento regional;

- retomar a discussão para a regulamentação da exploração das riquezas de suas terras, como previsto nos §§3º e 6º do art. 231 da Constituição, de maneira séria e respeitosa, com a garantia de participação das comunidades indígenas, adotando as salvaguardas sociais e ambientais necessárias, bem como medidas compensatórias e indenizatórias;



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- agilizar a análise dos pedidos de licença represados na Agência Nacional de Mineração;
- reinserir socialmente os garimpeiros mediante qualificação profissional e incentivos para trabalhar dentro da lei, sob modelos que garantam a sustentabilidade social e ambiental, em áreas legalmente destinadas para esse fim;
- receber mais investimento da União para manter a educação indígena, que atualmente é provida pelo Estado de Roraima.

No longo prazo:

- concluir a transição das estruturas provisórias de saúde para um sistema de atendimento planejado, amplo e definitivo, com os equipamentos de saúde que minimizem a remoção dos indígenas de suas terras, favorecendo a convivência familiar, diminuindo as dificuldades de comunicação e a pressão sobre os hospitais de Boa Vista;

- transferir à União a execução da política de ensino em terras indígenas;

Isso é uma sugestão inclusive do nosso Senador Mecias de Jesus.

- adequar a metodologia dos cálculos que envolvem a relação de matrículas em escolas indígenas com os repasses do novo Fundeb, o qual subnotifica as escolas indígenas, que naturalmente possuem médias inferiores de matrícula, apesar do maior custo logístico para a manutenção da unidade escolar;

- aprimorar a gestão e os investimentos em pesquisa, em ciência e tecnologia para favorecer a criação, a migração e o desenvolvimento econômico e de empresas que dinamizem a economia de Roraima, preenchendo a lacuna econômico-social deixada pela suspensão de atividades irregulares, como forma de diminuir sua atratividade, estabelecendo, inclusive, acesso aos recursos de financiamento de programas e projetos prioritários associados a pesquisas sobre o uso de mercúrio na exploração de atividades de extração mineral junto ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Este é o relatório, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Coloco em discussão o presente relatório, que, como todos acompanharam as suas conclusões, tem uma precisão, vamos dizer assim, cirúrgica em relação ao conteúdo programático que foi aqui apresentado.

Então, eu gostaria de deixar em discussão este relatório para que a Senadora Teresa Leitão, o Senador Astronauta Marcos Pontes e o Senador Mecias de Jesus, que são membros efetivos desta Comissão, possam, se acharem conveniente, fazer os seus comentários.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Presidente...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Com a presença também da Senadora Leila Barros, que acaba de se fazer presente a esta Comissão.

Senadora Leila, nós estamos chegando à conclusão do presente relatório e, obviamente, agora, está em discussão.

Nós vamos ouvir os Senadores, o Senador Marcos... (*Pausa.*)

A Senadora Teresa vai utilizar a palavra e, posteriormente, o Senador Marcos Pontes, a Senadora Leila Barros e o Senador Mecias de Jesus, pela ordem.

V. Exa. dispõe de cinco minutos.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para discutir.) – Sr. Presidente, como eu disse no início, eu estou aqui substituindo o Senador Humberto Costa, mas estive, durante todo o processo de apresentação do relatório, ao qual já tinha passado as vistas, muito atenta, sem me livrar da caneta e do papel, vício do meu ofício de professora, que trago até aqui, e em contato com as Senadoras, sobretudo no nosso grupo de Senadoras, mulheres, que acompanharam mais de perto esse processo, a Senadora Leila, a Senadora Zenaide e a Senadora Eliziane, que estão em outras Comissões. Hoje é um dia de muitas Comissões, não é?

Eu digo a V. Exa. que louvo o trabalho, um trabalho bem feito, um trabalho, conforme o Presidente disse que tentaria fazer um relatório de consenso, um relatório que pudesse priorizar a técnica e coisas que não viessem a constranger a ação futura do Governo, porque é ele que vai operar.

Eu acho que tem algumas partes que, sim, constroem. Tem algumas questões, Sr. Relator, que estão colocadas que precisariam de um aprofundamento maior. Mesmo substituindo o Senador Humberto Costa, não me sinto em condições de dar um voto, por conta dos desdobramentos dessas ações. A gente, às vezes, olha uma ação, está redonda, tem amparo constitucional, mas, na contextualização, inclusive que originou esta Comissão, Sr. Presidente, eu acho que seria prematuro. Por isso é que eu não me sinto à vontade de dar um voto aprovando o relatório.

Vou esperar a Senadora Leila se pronunciar, porque é antiguidade, é posto em algumas questões da vida. E eu me coloco nesse sentido para ouvi-la, Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Com a palavra o Senador Marcos Cesar Pontes.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Para discutir.) – Obrigado, Sr. Presidente.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria, antes de mais nada, de parabenizar o nosso Relator pelo trabalho feito, que reflete as informações que nós recebemos ao longo de todo esse caminho. Quem esteve aqui o tempo todo conseguiu perceber refletida a informação de muitos técnicos especialistas que vieram aqui, deram a sua opinião, o seu conhecimento para que nós chegássemos a essas conclusões.

Nós vemos claramente a necessidade, como foi refletido ali, da melhoria da infraestrutura presente no local. Isso, a gente fala tanto em termos de infraestrutura física, mas também da presença de profissionais de forma mais constante, acompanhando tudo que acontece. E, logicamente, com todos os desdobramentos disso em termos da manutenção desses profissionais também, a formação dos próprios moradores da região, assim como uma solução pacífica para a situação dos garimpeiros que estão em situação ilegal ali.

Eu me lembro muito bem do mapa que foi mostrado pelo especialista, com relação à necessidade de certificação das áreas que já foram solicitadas à Agência Nacional de Mineração há bastante tempo, que precisam ser certificadas, de forma que isso possa ser feito de forma legal, mas também com a melhor tecnologia e ciência existente. Por isso, a participação dos cientistas também acho que foi essencial neste sentido, no desenvolvimento de técnicas para a utilização de outras metodologias que não o mercúrio para a depuração do ouro.

Há o próprio acompanhamento, o rastreamento do ouro também, que tem sido feito, esse estudo, no CNPem (Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais), com pesquisadores de altíssimo gabarito, o que vai permitir um acompanhamento muito melhor junto com a Polícia Federal e outras organizações. Então, eu vejo todas essas partes refletidas nisso.

Há também a questão de as terras estarem distribuídas em mais de um país, e logicamente existem todas as dificuldades com relação a isso: a transposição de uma área para outra, de um país para o outro. E o Governo do Estado de Roraima sofre, e muito, com isso, assim também com toda a situação já existente da transposição de praticamente 1 milhão de pessoas vindas da Venezuela, que sobrecarrega o Governo de Roraima sobremaneira, para que dê apoio a essas pessoas, principalmente aquelas que ficam ali no estado, o que é um número grande, considerando a população do Estado de Roraima.

A utilização de tecnologias, a utilização de novas empresas, a criação de novas empresas, principalmente no ramo de tecnologia, acho que podem ajudar, e muito, o desenvolvimento ali.

O Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, que foi liberado pela Lei 177, pode, sem dúvida, participar disso também com editais específicos para a região e com foco no que pode ser feito. E a região de Roraima é muito rica. Ela pode ser, inclusive, um exemplo para o restante do mundo como se fosse um ecoestado, para que tudo isso parta de lá, sobre como tratar, ao mesmo tempo, o desenvolvimento econômico-social e a preservação ambiental. Sem dúvida nenhuma, isso ali pode ser feito.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vejo também a necessidade da própria infraestrutura de Roraima, como a gente fala do Linhão ali, porque, há bastante tempo, existe a expectativa de que isso apareça; da estabilização também da conectividade para que essas empresas se estabeleçam de forma mais sólida, que possam, sim, participar; e do ensino profissionalizante. Aliás, eu tenho o prazer de dizer que foi aprovada hoje a frente parlamentar para o ensino profissionalizante e tecnológico, na Comissão de Educação, que é essencial para que tudo isso aconteça. É preciso pessoas qualificadas, e a qualificação de pessoas tem sido feita lá...

(Soa a campanha.)

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – ... através do programa que nós visitamos, o programa Acolhida e todos os outros que trabalham ali, em conjunto.

Então, eu estou muito feliz em ver o relatório chegando a um término, o qual reflete bem a situação que nós tivemos aqui, com a presença de especialistas, em uma discussão saudável, produtiva, técnica, como eu acho que tem que ser tratado isso aí, longe de qualquer pensamento ideológico, longe de qualquer pensamento que, de certa forma, torne as ideias míopes com relação ao que tem que ser feito. A gente tem que pensar sempre no bem-estar dessas pessoas ali e utilizar esse exemplo para outros lugares no Brasil que também têm situações semelhantes. Então, eu tenho certeza de que a gente vai conseguir, com esse relatório, também fazer isso.

Então, obrigado.

Parabéns, Dr. Hiran, nosso Senador Dr. Hiran, pelo relatório! E, com certeza, eu assino embaixo.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Com a palavra, o Senador Mecias de Jesus.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Para discutir.) – Sr. Presidente, fico feliz por estarmos chegando ao final dos trabalhos desta Comissão, que, presidida por V. Exa., fez todo o possível e o impossível para chegarmos a uma conclusão que traga ao Governo Federal e ao Congresso Nacional sugestões, que é o que faz o brilhante relatório feito pelo Senador Hiran, Relator desta Comissão.

No meu entendimento, não há nenhum ponto que possa constranger o Governo ou qualquer outra autoridade no relatório. O relatório é recheado de conhecimentos e sugestões que certamente trarão ao Governo e ao Congresso Nacional meios para legislar e para executar, lá nas terras indígenas do Estado de Roraima, e zela pelo todo, por aquilo que foi estabelecido, que está sendo cumprido por esta Comissão.

Portanto, parabéns ao Senador Hiran pelo brilhante relatório.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acredito que o relatório está pronto para ser votado e o papel é encaminhar esse relatório ao Governo e ao Presidente do Senado Federal para que possamos, a partir daí, com os conhecimentos trazidos no bojo do relatório, tomar providências.

É isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Muito obrigado, Senador Mecias de Jesus.

Passo a palavra à Senadora Leila Barros.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF. Para discutir.) – Sr. Presidente, primeiramente, quero parabenizá-lo pela pontualidade, pela sensatez, pela tranquilidade que sempre teve na condução desta Comissão. Também quero parabenizar o Dr. Hiran pelo relatório e dizer que é um tema muito complexo.

Quero pedir desculpas pela ausência muitas vezes, porque a Casa ferve. É impressionante. Eu estava agora na audiência conjunta, ali com a CI, com a CDR e a CMA, com a presença dos Ministros Jader Filho e Rui Costa. Enfim, nem sempre estamos presentes da forma que gostaríamos em pautas tão importantes como esta desta Comissão.

Eu não estou aqui simplesmente só representando a Senadora Leila, eu estou representando mais duas outras Senadoras da Bancada Feminina, que são a Senadora Zenaide Maia e a Senadora Eliziane Gama, que está, vocês sabem, como Relatora da CPMI, que está acontecendo aqui na Casa.

Então, eu estou pedindo... Nós temos o prazo regimental de finalizar a Comissão até amanhã, nós temos 24 horas. Então, eu gostaria de pedir, pela complexidade do relatório e pelas decisões que são importantes e que terão que ser tomadas aqui pela Comissão, vista de 24 horas para que a gente possa mergulhar, com as nossas equipes, no relatório final do Senador Hiran.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – De acordo com o Regimento da Casa, art.130, §3º, quando se tratar de proposição com prazo determinado, a vista, desde que não ultrapasse os últimos dez dias de sua tramitação, poderá ser concedida por 24 horas. Portanto, o pedido de vista de V. Exa. está concedido.

Nós iremos apenas suspender a reunião e amanhã, em função do horário da manhã das Comissões e das sessões na parte da tarde, retomaremos às 13h.

Tenho certeza de que, pelo poder de síntese e pela objetividade do relatório, nós haveremos, na verdade, de conseguir esse consenso e apresentar um relatório que é apenas propositivo ao Governo.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Conversamos com alguns membros do Governo também, que de uma forma muito determinada e segura acham que o relatório está dentro daquilo que era esperado, sem nenhum acessório que pudesse vir a complicar as ações do Poder Executivo, até porque nós propomos e o Poder Executivo executa.

Então, nobre Senadora, Senadoras, as quatro Senadoras, nós concedemos essa vista e amanhã conclamamos todos para às 13 horas em ponto estarmos aqui, no Plenário 19, porque se não tiver nenhuma alteração, eu acredito que poderemos votar ato contínuo, está bom?

Declaro suspensa a sessão.

(Iniciada às 11 horas e 35 minutos, a reunião é suspensa às 12 horas e 37 minutos do dia 13/04/2023.)

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR. Fala da Presidência.) – Declaro reaberta a 15ª Reunião da Comissão Temporária Externa criada pelo Requerimento do Senado Federal nº 34, de 2023, com a finalidade de, num prazo de 120 dias, acompanhar *in loco* a situação dos ianomâmis e a saída dos garimpeiros das suas terras.

No primeiro momento desta reunião, realizado no dia de ontem, 13 de junho, deu-se a apresentação do relatório pelo Relator dos trabalhos, Senador Dr. Hiran, e foi então concedida vista coletiva pelo prazo de 24h.

Portanto, coloco em votação o relatório final apresentado pelo Relator, Senador Dr. Hiran.

Os Senadores e as Senadoras que aprovarem...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – ... permaneçam como se encontram.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – Presidente... Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Deixe-me concluir, nobre Senadora...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – V. Exa. tem que permitir a discussão do relatório.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Calma.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram.

No entanto... *(Pausa.)*

Aprovado...

Dando continuidade aos trabalhos...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – Não, Presidente. Eu não estou entendendo nada.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Calma.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – O senhor colocou para votar o quê?

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Dando continuidade aos trabalhos, consulto se os membros da Comissão têm considerações a fazer.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – Não, Presidente... Sim, Presidente. Eu só quero entender o seguinte...

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – V. Exa. tem... Com a palavra a Senadora Eliziane Gama.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, sobre o relatório, eu vou dar aqui uma lida em todos os pontos que eu anotei aqui e que eu julgo que são pontos, de fato, muito pertinentes. Peço ao Senador Dr. Hiran, na verdade, que possa construir conosco aqui um entendimento.

Nós temos, na verdade, um voto em separado, de um relatório que nós já protocolamos, que é fruto, na verdade, da assinatura de quatro integrantes desta Comissão, mas eu gostaria de elencar com o senhor aqui alguns pontos, até porque eu acho que tudo na vida se constrói através de acordo; de entendimento; de junção, de fato, de forças. Não é da minha parte aqui a intenção de desaprovar por desaprovar, rechaçar ou coisa parecida. É uma questão de fato e de entendimento do foco principal desta Comissão, que eu julgo ser importante, se a gente tentar construir, de fato, um acordo.

Vou aqui elencar os pontos, na verdade, do relatório e pediria até a V. Exa. que pudesse, na verdade, admitir em relação a essas alterações.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Problemas do relatório.

Número 1: não abordou, de forma aprofundada, a crise humanitária na terra ianomâmi.

A preocupação principal deveria ser a proteção dos ianomâmis, que foram vítimas de uma invasão consentida e estimulada ao longo dos últimos anos, mas o relatório acabou desviando o foco para defender a legalização da mineração em terras indígenas e o Linhão de Tucuruí.

O Relator aponta como a terceira conclusão que precisa encontrar formas de explorar legalmente as riquezas naturais de Roraima e, como manda a Constituição, regulamentar essas atividades em terras indígenas. Reconhece que a presença de garimpeiros em terras indígenas leva a conflitos, mas exemplifica o massacre da Reserva Roosevelt e o confronto ocorrido em Uxiú, citando apenas esses raros episódios em que garimpeiros foram mortos por indígenas.

É no mínimo estranho que a morte de centenas de indígenas pelos invasores passe despercebida. Apenas a título de exemplo, o relatório divulgado em abril de 2023 pela Comissão Pastoral da Terra concluiu que o garimpo ilegal está relacionado a 92% das mortes registradas em conflitos no campo, que cresceram 40 vezes em uma década.

Quanto aos ianomâmis, outro dado se destaca: em 2021, membros dessa etnia foram 101 de 103 vítimas registradas nesses conflitos ou 98% do total, sendo 45 delas crianças, uma vez e meio o número de garimpeiros mortos na Reserva Roosevelt.

Sobre a história de Roraima, menciona a importância dos garimpeiros para o crescimento econômico e demográfico, mas se esquece de mencionar a importância dos indígenas, que Joaquim Nabuco, na Questão do Pirara, chamou de "muralhas dos sertões", reconhecendo que eles eram a fronteira viva do Brasil, ou seja, brasileiros que ocupavam de fato o território, legitimando nossa soberania pelo princípio da posse de fato. Não fossem os indígenas, partes do território sequer seriam brasileiros, para que outros defendessem sua ocupação.

O Relator reconhece a facilidade com que o ouro é esquentado, facilitando a lavagem de dinheiro e atraindo o interesse do crime organizado, mas não propõe nenhuma solução para esse problema. Curioso que não se preocupe com isso, enquanto dá mais atenção aos traficantes que atuam na Venezuela.

Joga a culpa pelo aumento de doenças endêmicas à falta de chuva. Finge que o aumento da malária e de outras doenças não têm relação com o crescimento do garimpo, que aumenta o número de portadores e cria, nas áreas devastadas, bacias nas quais os mosquitos se reproduzem ao lado das comunidades.

O relatório fala em cortar a cabeça da hidra, mas não oferece sugestões para alguns pontos-chave, como o combate ao esquentamento do ouro e ao discurso do ódio, que estão na raiz de toda essa crise.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com relação à saúde, o relatório afirma que o orçamento de 2022 é praticamente idêntico ao de 2013, em valores corrigidos, com um aumento de 20,9% das despesas discricionárias – é estranho que não mencione que essa paridade orçamentária compara um período sem pandemia e outro com pandemia –; que o investimento em saúde tenha recuado 64% em dez anos, uma queda de 40% só em 2016, quando começou o desmonte. Se não fosse a PEC da transição, negociada pela equipe do Governo eleito, enquanto o Governo Bolsonaro lavava as mãos, a saúde teria queda real de 10% no orçamento nominal, mesmo tendo que lidar com o aumento populacional e as sequelas da pandemia, conforme alertavam as Consultorias do Senado e da Câmara ainda em 2022. Seguem, aqui, inclusive, alguns gráficos, que eu coloco para avaliação.

Ponto positivo. O relatório reconhece a inércia estatal, a falta de fiscalização e controle e o sucateamento do aparato governamental da última década.

Comenta que a saúde indígena teve execução orçamentária de 1,8 bilhão em 2013, chegou a 2,4 bilhões em 2017, caiu de novo para 1,8 bilhão em 2020 a 2022, mostrando que o Governo não priorizou os indígenas durante a pandemia e que os DSEIs de Roraima perderam 7,5 milhões de 2013 a 2022.

Minimiza o massacre de 1993 e ignora que o STF reconhece a prática de genocídio no assassinato de 12 índios ianomâmis por garimpeiros em 1993, conhecido como o Massacre de Haximu.

Pede que aeronaves e equipamentos do garimpo sejam destruídas apenas em caráter excepcional. Contra isso, é preciso reiterar que as aeronaves estão em condições inseguras, com diversas modificações que tornam o voo arriscado, de modo que os pilotos sequer podem legalmente assumir o seu comando. Além disso, enquanto os equipamentos pesados, como escavadeiras e motores, estiverem esperando para serem transportados, a equipe fica sujeita ao risco de uma tentativa de resgate pelos criminosos, que estão cada vez mais bem armados. A lei vigente ampara esses procedimentos.

Ao pedir acesso por vias terrestres, fluviais e aéreas para favorecer o turismo, deve-se ter o cuidado de não criar vias que facilitem a invasão de terras indígenas por garimpeiros ilegais ou outros criminosos.

Existem aqui três pontos que eu queria destacar, que são positivos e que podem ser aproveitados no relatório do Relator.

A situação de Roraima realmente é atípica, e a ideia de cooperação federativa para lidar com o êxodo venezuelano e as condições de Roraima é meritória. Precisamos reforçar o êxito de interiorização da Operação Acolhida com a União, coordenando o diálogo com outros estados e municípios, como sugerido nas pp. 210 e 211.

É positivo que reconheça a necessidade de lidar com o mercúrio como um problema sanitário e ambiental grave, ao contrário da Lei estadual nº 1.453, de 2021, que permitia o uso do mercúrio, já julgado inconstitucional pelo STF.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diversas dessas sugestões, inclusive, coincidem com sugestões do voto em separado.

Presidente, eu queria fazer uma proposta ao Senador Dr. Hiran, à Senadora Leila e os outros colegas que não estão aqui presentes, mas que poderão votar... Eu fiz a apresentação do voto em separado, mas eu queria fazer um pedido ao Presidente Chico Rodrigues para que a gente pudesse suspender, Presidente, a sessão por alguns minutos para que a gente pudesse, talvez, construir um entendimento e um acordo para que a gente não tivesse que ir a essa situação, que eu acho que é a limite da apresentação, e pedir a apreciação do relatório em separado.

Então, se V. Exa. pudesse atender esse pedido, eu ficaria grata e acho que a gente poderia tentar construir algum entendimento.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Eu entendo, nobre Senadora Eliziane, que nós poderíamos suspender a sessão por dez minutos, e V. Exa. alinharia com o Relator, o Senador Dr. Hiran, alguns pontos de discordância para se chegar a um acordo, até porque, como nós dissemos ontem, esse relatório conclusivo é propositivo para o Poder Executivo, que vai ou não o acatar. Nós entendemos que quem executa a política indigenista no Brasil é o Governo Federal. Esta CPI foi instalada por determinação do Presidente Rodrigo Pacheco em função da crise séria que nós vivemos no início do ano, que, por si só, já justifica todas as audiências públicas que nós aqui fizemos, sempre conforme um alinhamento no sentido de apresentar alternativas ao Governo para que pudéssemos ter um relatório conclusivo e para que a Comissão que foi instalada se justificasse por si só nas suas conclusões.

Eu entendo, realmente, que foi trabalhado a quatro mãos. O Relator inclusive teve bastante zelo nesse alinhamento, ouvindo a Consultoria Legislativa do Senado e mais outros atores que participaram da Comissão, inclusive sintetizando o que foi expresso aqui na audiência pública.

Então, entendo que nós podemos suspender por dez minutos, nobre Senador Dr. Hiran, e, aí, a Senadora Eliziane e a Senadora Leila podem apresentar pequenas alterações. Nada é definitivo na vida, nada é definitivo, então, obviamente, se puder fazer uma adequação no mérito, nós concordamos, eu concordo.

Já, de antemão, suspendo a sessão por dez minutos.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Eu queria só fazer...

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Antes de suspender a sessão, concedo a palavra ao Senador Dr. Hiran.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Como Relator.) – Presidente, gostaria de fazer uma consideração com relação à fala da Senadora Eliziane.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora, eu tive muito cuidado... Ontem, infelizmente, até por conta da sua atividade na Comissão Mista, V. Exa. não pôde estar presente, mas eu tive o cuidado de elaborar um relatório eminentemente técnico e afastar desse relatório vieses ideológicos. Aquilo que eu coloquei no relatório foi fruto daquelas oitivas que foram consignadas aqui nas audiências públicas que nós tivemos. Eu considerei todos os posicionamentos.

Vou lhe dar um exemplo aqui. A senhora falou do Massacre de Haximu. D. Roque Paloschi, do Cimi, colocou como um exemplo de genocídio. Eu já desafiei aqui alguém a me provar que aquilo foi genocídio. A senhora sabe por quê? Porque naquela época eu fui requisitado pela Polícia Federal – eu era médico-legista, sou médico-legista –, e eu, Senadora Leila, acompanhei as diligências com o Ministro da Justiça à época, Maurício Corrêa, já falecido, e com o Procurador da República Aristides Junqueira, Procurador-Geral da República à época.

Nós caminhamos naquela localidade, denominada Haximu, e depois nós fomos ver que se tratava de um local na Venezuela e não no Brasil. Ali, não encontramos nenhum cadáver. O único cadáver que encontrei lá, à época, foi um cadáver já esqueletizado, que não tinha relação cronológica com a data do evento que teria acontecido duas semanas antes. Esse cadáver estava esqueletizado já com um tempo provável de morte de mais de um ano. Eu montei o cadáver, inclusive tem matérias que estavam em todos jornais internacionais. Parece que os jornais internacionais já até sabiam que ia acontecer aquilo e chegaram antes de nós. E lá nós... Eu montei aquele esqueleto no chão da nossa unidade de Surucucu e mostrei que se tratava de uma mulher, pela bacia, pelos ossos da bacia, por algumas características do esqueleto e pelas características dos ossos longos, que estavam um pouco rarefeitos – a gente tem algumas fórmulas para calcular a idade provável de um cadáver – e declarei que aquela mulher teria mais ou menos uma idade acima dos 60 anos.

Não tinha nada a ver com esse propalado Massacre de Haximu, que o mundo todo conhece. Mas eu, que estava lá, desafio alguém me provar que mataram alguém. Eu quero saber onde é que estava esse cadáver, porque se matou tem que ter cadáver. Dizer que tocaram fogo e jogaram no rio... Pegar qualquer animal, pequeno que seja, tocar fogo e jogá-lo no rio, ele não desaparece. Os ossos são extremamente resistentes e refratários ao calor.

Coloquei isso no relatório, Senadora Eliziane, porque eu procurei ser fidedigno. No relatório inicial que a gente estava discutindo, haviam suprimido isso. Eu digo: "não, mas já que nós ouvimos e, se eu fiz esse contraponto, vamos consignar no relatório". Eu fui muito cuidadoso.

Além do que, tecnicamente, Senadora, uma das coisas – eu tenho certeza de que, como a gente apresentou esse relatório e certamente a senhora não teve tempo de lê-lo, a sua assessoria está lhe dando esses dados... Eu coloquei como um modelo eficiente de cortar a transmissão e diminuir casos graves de malária, que são históricos na área indígena ianomâmi, até pelos próprios costumes de se pescar e se caçar, exatamente na hora que o mosquito faz o seu repasto, o mosquito transmite a malária, Senadora,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pois ele faz o repasto exatamente na hora que os índios caçam e pescam nas beiras dos rios. Eu sugeri um modelo que eu já construí lá atrás, há vinte e poucos anos, de preparar o agente de saúde indígena para dar diagnóstico rápido, para diferenciar o que é malária *falciparum*, o que é malária *vivax*, cujos tratamentos são absolutamente diferentes, para que a gente diminua a área de transmissão, diminua as formas graves de malária e diminua a incidência de malária na área. Isso é uma coisa muito importante e ficou consignada no meu relatório.

Eu dei sugestões eminentemente técnicas e procurei afastar do relatório qualquer viés ideológico, até porque eu acho que o que nós estamos precisando aqui nesta Casa é acabar com essa polarização. Eu acho que nós precisamos desenvolver aqui relações mais harmônicas e relações que realmente construam um Brasil melhor para todos os brasileiros.

Eu estou à disposição. Vamos sentar, discutir... Eu sou uma pessoa de diálogo e respeito muito as opiniões dos outros. Nós vamos sentar e vamos tentar construir um acordo para que a gente possa encerrar esta Comissão no prazo que nos foi concedido pela Presidência desta Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Concedo dez minutos de intervalo para que seja feito um alinhamento.

(Suspensa às 13 horas e 24 minutos, a reunião é reaberta às 14 horas e 09 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Retomando a sessão.

Depois que nós tivemos a oportunidade de ver a fumaça branca, então houve o entendimento do Relator, Senador Dr. Hiran, com a Senadora Eliziane, a Senadora Zenaide Maia, a Senadora Leila, campeã do vôlei, e a Senadora Teresa. Serão retirados aqueles itens que ficaram aqui acordados, que foram detalhados pela assessoria das Sras. Senadoras. Eles serão retirados do texto.

Esse projeto de lei que foi apresentado aqui com relação ao controle do ouro, em todo o território nacional inclusive, ele é abrangente porque ficou o controle em todo o território nacional. E o Senador Marcos Pontes tinha apresentado um semelhante também que tem até o título: "Institui o Programa Banco Nacional de Perfis Auríferos", para exatamente fazer o controle.

Eu acho que... Como é que chama? *(Pausa.)*

Israel. O Israel, inclusive, nos falou que ele já estava contemplado – já estava contemplado – nesse projeto originário que foi apresentado pela Senadora Eliziane.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu consulto os Srs. Senadores: havendo número regimental, coloco ainda em votação as Atas da 13ª e da 14ª Reuniões, além da Ata desta 15ª Reunião, ao tempo em que solicito a dispensa da leitura.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam assim como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Antes de encerrar, gostaria de dizer algumas palavras a respeito do trabalho desenvolvido pela Comissão.

Eu vou passar...

Um momento...

Eu vou passar a palavra somente... É que nós estamos agora, na verdade, no alvorecer de uma nova possibilidade para atender as nossas comunidades indígenas ianomâmis em Roraima, e eu vou passar a palavra apenas no encerramento para a Senadora Leila, depois para a Senadora Zenaide, e depois para a Senadora, por fim, para a senadora que vai... A Senadora Eliziane, que vai ter com o encerramento. E o Senador, antes da minha conclusão, ele também se manifesta.

Com a palavra, a Senadora Leila – um minuto, Senadora Leila.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF. Pela ordem.) – É muito rápido, Senador Chico.

É agradecer, Presidente desta Comissão, a sua sensibilidade, assim como a do nosso Senador Dr. Hiran; e agradecer também a força combativa aí da Bancada Feminina. Vocês já sentiram que, quando nos unimos em pautas... Às vezes as pessoas pensam que nós nos unimos só em pautas que envolvam mulheres, mas tudo envolve mulher. E a gente tem uma preocupação muito grande – como eu falei no início da nossa conversa lá dentro, na sala, do objeto desta Comissão – sobre qual é de fato o nosso objetivo com a instalação desta Comissão, que é a análise da condição humanitária, da tragédia que estava acontecendo com as comunidades ianomâmis.

Acredito que a gente conseguiu – nós conseguimos – entrar num consenso. Acho que o texto poderia ter mais debate, mas a gente sabe que a gente tem os prazos. Mas, assim, a sensibilidade de vocês dois nos deixaram muito satisfeitas, e agora vamos para votação e apreciação.

Mas quero agradecer o acordo e a sensibilidade. Quem ganha são as comunidades, que é o nosso principal foco, as comunidades indígenas.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Muito obrigado, Senadora Leila Barros.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra, a nobre Senadora.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Pela ordem.) – Sr. Presidente Chico Rodrigues; Dr. Hiran, meu colega médico, é aquilo que eu disse: a gente sentou. E algo que me chamou atenção nesta Comissão sempre... Por isso é que a gente se sentou aqui antes de ver que tinha um outro relatório, mas que a gente via que tinha muita coisa no relatório que a gente assinou e que era compatível com o dos senhores. Uma coisa que a gente chegou aqui à conclusão é que desde o início que a gente diz garimpo em terras indígenas "não". E chegamos a esse acordo. Não estou aqui questionando linhão ou não, questionando essa questão; mas que isso não era objeto da discussão da gente. Mas que bom que a gente chegou a esse acordo e que o relatório substitutivo tinha leis que também eram de interesse dos senhores e que foi para isso. Chamou a atenção da sociedade, que já tinha dado visibilidade a essa situação dos ianomâmis no mundo inteiro. E a gente sentou aqui, uma Comissão temporária. A gente viu aqui alguns... Os senhores aceitaram retirar esses itens. O Chico Rodrigues eu já conheço. Já são mais de quatro anos, não é, Chico? E o Hiran foram quatro anos. E a gente sabe como deve ter esse olhar. Isso é um Parlamento. Mas deixando claro ao povo brasileiro que a gente está aqui. Eu acho que a missão está cumprida.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR. *Fora do microfone.*) – Obrigado.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – O reforço do Nordeste chegou, Presidente, para resolver o problema. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Agora a Senadora Eliziane Gama.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA. Pela ordem.) – Muito obrigada.

Eu queria só cumprimentar o Senador Hiran e o Senador Chico Rodrigues.

Eu acho que isso aqui é mais do que nunca a demonstração do exercício da democracia, do diálogo à exaustão. E, na verdade, é aquilo que a gente sempre diz, às vezes a gente não consegue o ideal, mas a gente consegue aquilo que é possível, consegue o bom.

Eu queria cumprimentar o Senador Hiran. Eu acho que ele foi muito flexível, na verdade teve uma postura muito equilibrada ao receber todas as nossas indicações e os dois projetos de lei. Não foi assim 100%, mas foi 90%. Mas também compreendemos, porque achamos que isso faz parte realmente do entendimento.

E em função disso, Presidente, nós retiramos o nosso voto em separado, já fazendo o encaminhamento favorável à votação do relatório do Senador Hiran.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Passo a palavra para o Senador Dr. Hiran, Relator desta Comissão.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Como Relator.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, todos que nos assistem presencial ou remotamente, eu quero aqui ressaltar o trabalho desta Comissão como um todo e também agradecer a todos os nossos assessores, que nos ajudaram a construir esse relatório. E como a Senadora Eliziane bem falou, aqui é uma Casa da argumentação, aqui é uma Casa do convencimento, do debate, do respeito às diferenças. Depois de todo esse trabalho que nós fizemos, que, aliás, Senadora Eliziane, tenha a certeza de que o meu compromisso, como médico que dedicou toda a vida profissional ao Estado de Roraima, o meu objetivo não foi outro senão priorizar, principalmente, o bem-estar e a vida das pessoas nesse relatório.

Então, eu quero aqui agradecer e ressaltar o compromisso de todos os membros desta Comissão, dos Senadores, das Senadoras, inclusive de Senadores que não compunham a nossa Comissão, mas participaram aqui, como a nossa querida colega, Senadora Damares, que esteve aqui presente também na maioria das nossas reuniões.

Quero dizer para todos e dizer para o nosso país que nós formulamos aqui o que nós acreditamos, através das audiências públicas, através do nosso conhecimento, que sejam proposições extremamente positivas para proteger as comunidades indígenas e proporcionar a elas uma vida melhor, oportunidade de saúde de mais qualidade e de assistência alimentar, que são tão importantes na questão ianomâmi, porque são índios semi-isolados, mas também propusemos aí algumas sugestões ao Poder Executivo para que possamos criar um ambiente de desenvolvimento no Estado de Roraima que possa abarcar essas pessoas, que eu digo, quando conversamos com a Senadora Zenaide, que são os operários do garimpo, não o crime organizado, Zenaide, mas aqueles operários, aquelas pessoas humildes que vão para lá, que perderam seus postos de emprego nas cidades de modo geral, para que elas possam ser inseridas no mercado de trabalho, fora dessa atividade ilegal, e ter uma vida melhor.

Eu quero aqui agradecer a todos e também ressaltar a competência e a diligência do nosso Presidente Chico Rodrigues, que conduziu os trabalhos dentro de um clima de harmonia e de muito trabalho. Eu quero parabenizar V. Exa. e parabenizar a todos, indistintamente, tanto os nossos Parlamentares quanto os nossos assessores, que nos ajudaram muito, e todos aqueles que passaram por aqui nas audiências públicas, representando várias entidades que estavam envolvidas nessa questão, e nos ajudaram a construir esse relatório.

Muito obrigado e que Deus abençoe a todos.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Muito obrigado, Senador Dr. Hiran.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Coloco em votação e submeto às Sras. e aos Srs. Senadores o relatório do Relator, o Senador Dr. Hiran, com as alterações sugeridas, inclusive incluindo aquele último projeto de lei que foi apresentado aqui, que dispõe sobre crimes de discriminação, preconceito e intolerância.

Em votação o relatório do Relator Dr. Hiran.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Para encerrar esta sessão, eu gostaria, primeiro, de agradecer a Deus pela paz, pela tranquilidade e, acima de tudo, também pela indicação do nosso nome pelo Presidente do Senado, Sr. Rodrigo Pacheco. Quero dizer para vocês que foram três meses de muita diligência, de muita atividade. Nós vimos, na verdade, o pronto atendimento quando fizemos as audiências públicas aqui e nos deslocamentos, o apoio do Exército, da Marinha, da Aeronáutica, o apoio da Polícia Federal, do Ministério Público, dos Governos estaduais, do Ibama, da Funai, do Ministério dos Povos Indígenas, dos povos originários, que aqui estiveram presentes e prestaram seus esclarecimentos.

Quero agradecer, de uma forma especial, aos assessores que nos acompanharam durante todos os momentos, à Comissão, que, na verdade, nos suportou por três meses, sempre com pronto atendimento em todas as demandas que nós apresentávamos, e dizer que foi muito bom esse período de convivência aqui nesta Comissão, primeiro porque, no meu entendimento e no entendimento dos meus colegas Senadores, nós atendemos o objetivo. O que se pretendia era exatamente fazer o acompanhamento da retirada dos garimpeiros da área dos índios ianomâmis – ponto. Era uma missão desta Comissão fazer o acompanhamento e assim o fizemos. Por várias vezes eu tive a oportunidade... No início, não fui bem compreendido, mas, de qualquer forma, eu fiz como exercício do meu mandato parlamentar até como uma ação precursora para identificar pontos que poderia trazer para meus colegas Senadores como pontos preliminares. E conseguimos, na verdade, esse objetivo.

Quero dizer, na verdade, que temos alertado a população do nosso estado da necessidade do cumprimento da lei, de manter a ordem e de cumprir a nossa Constituição na sua essência. Queremos dizer também que somos preocupados com aqueles que ali trabalham e produzem, os garimpeiros do nosso estado, porque eles, na verdade, foram tangidos pela necessidade, pela demanda. E em nenhum momento, nós deixamos que houvesse rota de colisão e conflito – em nenhum momento. Pelo contrário, nós hoje temos a consciência do dever cumprido. Todos os colegas Senadores, cada um ao seu modo, com o seu estilo, pôde fazer as suas defesas, muitas vezes ideológicas, o que é natural – isso faz parte; o Parlamento é a caixa de ressonância da sociedade, aqui estão que os representantes de todos os matizes políticos, que precisam ser compreendidos e respeitados. E é assim, no dissenso, que prevalece o consenso. E foi assim que aconteceu hoje também aqui, mais uma vez, na Câmara Alta do país.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero agradecer à Senadora Eliziane Gama, que é a Primeira-Vice-Presidente da Comissão e que sempre estava a questionar pontos que defendia, obviamente, com todo o direito, e fomos aqui até a última hora; à Senadora Dra. Zenaide Maia, médica cuidadosa, a gente vê – às vezes eu estou no meu estado, sempre assistindo à TV Senado, vendo os programas e tudo –, sempre ali presente, defendendo os postulados em que acredita, e é uma formadora de opinião, inclusive, em vários segmentos da defesa dos temas daqui do Parlamento; à Senadora Leila Barros também, que tinha o cuidado de nos ligar e procurar informações, enfim, sempre com zelo na sua participação na Comissão; ao Senador Humberto Costa, que, apesar de estar em missão oficial, colocou, por sua indicação, a Senadora Teresa Leitão, de uma generosidade enorme, falando exatamente de uma forma clara, transparente, como uma janela sem vidros, do seu pouco conhecimento da Comissão, mas da sua preocupação, pelo pouco que ela leu, se dedicando àqueles pontos, àquelas áreas pontuais do relatório; ao Senador Astronauta Marcos Pontes, que deu uma colaboração enorme durante todos os debates, obviamente, deixando inclusive proposições que estão sendo apresentadas aqui; ao Senador Mecias de Jesus, do Estado de Roraima, que também, como eu, como o Senador Dr. Hiran, sabe das necessidades e que essas demandas do nosso estado são dos dois lados.

Na verdade, quando nós defendemos de forma clara, aberta, transparente e sem subterfúgio a importância de protegermos os irmãos de lá do nosso estado, que são trabalhadores – uns chamam de trabalhadores do garimpo... Eles são garimpeiros, sim, porque eles vivem daquilo, seja no Brasil, seja na Venezuela, seja na Guiana. Para vocês terem ideia, eles são uma espécie de nômades do garimpo para sobreviver. Temos que defender, defendemos e continuaremos defendendo que possam ser abrigados pela máquina pública do Estado. E os índios ianomâmis, como todos sabem, são o povo mais primitivo que existe hoje. Alguns até criticaram na imprensa: "Primitivo, por que primitivo?". Ora, são os primeiros, são os pioneiros, no meu entendimento. E falo de uma forma carinhosa. Mesmo que alguns queiram deformar as nossas palavras, enfim, nós sabemos da importância de proteger os seus usos, costumes, suas crenças etc., porque são um símbolo para o nosso país também.

Agradeço também à Senadora Damares, que foi presente na maioria das audiências públicas aqui – não foi possível fazer parte da Comissão, porque eram apenas oito membros, e a Comissão já estava composta –; e, por fim, ao Senador Dr. Hiran, que foi o Relator, que se debruçou sobre essa questão e que conhece inclusive como médico também problemas muito pontuais mas importantíssimos para que o problema não volte a acontecer. Porque nós que estamos lá no estado sabemos da fragilidade de uma área gigantesca, com 9,5 mil hectares, onde é muito difícil a presença permanente do Estado brasileiro pela complexidade da floresta, pela dificuldade de acesso. Para vocês terem ideia, é uma hora e meia de avião da capital até a área de Surucucu, que é o coração nevrálgico dessa ocupação que foi feita e hoje é território dos índios ianomâmis. Então, o Senador Dr. Hiran se houve muito bem durante o curso desta Comissão.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero dizer que é dever cumprido. Nós vamos apresentar o relatório com essas alterações que foram propostas pela pelas nossas colegas Senadoras Eliziane, Zenaide, Leila Barros e Teresa Leitão. Eu tenho certeza de que nós fizemos a nossa parte; o Senado da República, na determinação do Presidente Rodrigo Pacheco, cumpriu o seu papel. Na data prevista, hoje, dia 14 de junho, concluímos os nossos trabalhos.

Muito obrigado a todos e que Deus abençoe a todos.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Como Relator.) – Presidente, V. Exa. me concede um pequeno aparte? Serei muito rápido.

Nós estamos aqui, Senadores e Senadoras – Eliziane, antes de você sair –, com três colegas oftalmologistas que são grandes referências nacionais. Estão ali atrás o Prof. Israel Rozenberg, Evandro Lucena e Diogo Lucena – Evandro e Diogo não são parentes, mas têm o mesmo sobrenome. Mas eu queria, em nome deles, convidar todos aqui presentes para que nós pudéssemos participar da abertura do VII Fórum de Saúde Ocular, que vai acontecer lá na nossa antiga Comissão, no Plenário 7, às 17h30.

Já é o sétimo fórum que acontece nesta Casa, onde nós vamos discutir questões de dar melhor qualificação, mais acesso, discutir questões da saúde ocular do povo brasileiro com as entidades médicas que representam aqui a oftalmologia brasileira, principalmente o nosso Conselho Brasileiro de Oftalmologia.

Então, está feito o convite em nome de vocês, e eu espero que nós possamos nos encontrar lá.

Vamos ter uma exposição aqui na Casa sobre oftalmologia também, e, no decorrer do dia de amanhã todo, vão estar aqui presentes oftalmologistas de todo o país discutindo a saúde ocular do nosso povo.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Declaro encerrada a presente sessão.

(Iniciada às 11 horas e 35 minutos, a reunião é suspensa às 12 horas e 37 minutos do dia 13/04/2023. Reaberta às 13 horas e 06 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 27 minutos do dia 14/06/2023.)